

CORREIO ECONÔMICO

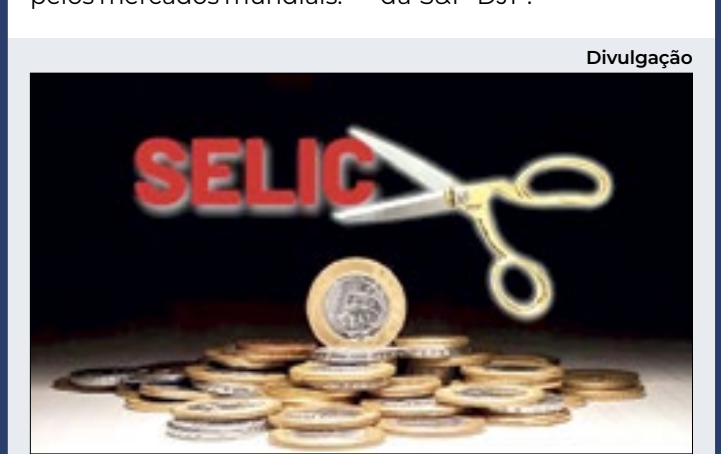


Novo índice permitirá antecipar viés de volatilidade

Índice S&P/B3 medirá volatilidade de mercado

Medir a volatilidade de curto prazo implícita nos preços das opções do Ibovespa B3. Esta é uma das funções do índice S&P/B3 Ibovespa VIX, lançado na última terça-feira (19), em decorrência da parceria entre a S&P Dow Jones Indices (S&P DJI) – o principal provedor de índices do mundo – e a B3 (B3SA3), a bolsa brasileira, pelo qual o mercado vai dispor de uma visão transparente e eficiente de 30 dias da trajetória do mercado brasileiro.

Ao empregar a metodologia do Cboe Volatility Index (índice VIX®), propriedade da Cboe Global Markets, este novo benchmark brasileiro visa oferecer aos participantes do mercado uma compreensão mais ‘acurada’ da magnitude dos possíveis movimentos no mercado brasileiro que podem ‘afetar seus portfólios’.



Corte gradual da taxa é alvo de críticas por entidades

CNI e centrais sindicais criticam corte da Selic

Mais ousadia. Esse é o recado direto da CNI e de centrais sindicais, ante à redução, de meio ponto percentual (0,5 p.p.) da Selic pelo Copom, nesta quarta-feira (20), agora no patamar de 10,75% ao ano. Ao classificar de ‘insuficiente’ a redução aplicada, a CNI argumentou que “o controle da inflação permite reduções

Na contramão

Na contramão da ‘entidade-mãe’, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) manifestou concordância com a queda gradual da Selic, ao solicitar que o BC não mexa no ritmo dos cortes e mantenha a redução de 0,5 ponto nas próximas reuniões.

Dia pede RJ

Com uma dívida superior a R\$ 1 bi, a rede espanhola de supermercados Dia pediu recuperação judicial, ao alegar, no pedido protocolado na Justiça de São Paulo, “persistentes resultados negativos”. A empresa já fechou 343 supermercados e 3 centros de distribuição no país.

Sem detalhes

Sem dar mais detalhes, a rede Dia explicou que o pedido de recuperação visa “tentar superar sua atual situação econômica e financeira”. A Distribuidora Internacional de Alimentos, por sua vez, argumentou que as lojas fechadas eram de ‘baixo desempenho’.

Arrecadação bate R\$ 186,5 bi, ‘melhor fevereiro’ da história

Ante igual mês do ano passado, receita teve expansão de 12,27%

Por Marcello Sigwalt

Melhor fevereiro da série histórica da Receita Federal (iniciada em 1995) e o melhor desempenho arrecadatório bimestral (desde 2000), a arrecadação federal apresentou crescimento de 12,27% no mês passado (no comparativo anual), chegando ao montante de R\$ 186,5 bilhões.

Tal resultado supera, em muito, a previsão do mercado financeiro obtidas pelo Ministério da Fazenda em janeiro último, além de contribuir com a meta governamental, de elevação da receita.

Sinal inequívoco nessa direção é o fato de que, no relatório Prisma Fiscal, divulgado em fevereiro deste ano, analistas do mercado baixaram, pela quarta vez consecutiva, a previsão para o déficit fiscal este ano, em que a mediana recuou de R\$ 83,974 bilhões para R\$ 82,817 bilhões.

Em contraponto, estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal,



Resultado do governo em fevereiro supera igual mês de 2022

apontou que a receita do Tesouro Nacional no primeiro bimestre do ano (1B24) ficou R\$ 12,2 bilhões aquém do estimado pelo Executivo para o período.

Caso a estimativa de receita for frustrada, haverá neces-

sidade de bloqueio de verbas.

De acordo com dados do Fisco, o desempenho da arrecadação foi influenciado por quatro fatores:

- O PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 39,074 milhões, representando

crescimento real de 21,37%.

- O IRRF atingiu R\$ 11,107 milhões, um crescimento real de 58,03%.

- A Receita Previdenciária arrecadou R\$ 50,3 bilhões.

- O IRRF de residentes no exterior arrecadou R\$ 4,3 bilhões.

Renúncia fiscal soma R\$ 10,184 bilhões

Ainda que tenha apresentado valor menor do que o registrado, em igual mês de 2023 (R\$ 12,683 bilhões, em termos nominais), a renúncia fiscal total do governo federal atingiu R\$ 10,184 bilhões em fevereiro de 2024.

Se considerado o acumulado deste ano, o montante de desonerações soma um total de R\$ 21,211 bilhões, montante igualmente inferior ao registrado por igual período do ano

passado, quando chegou a R\$ 25,033 bilhões, em termos nominais.

De acordo com informações do Executivo, este resultado reflete a retomada da tributação sobre combustíveis, aplicada ao longo do ano passado. Em janeiro último, voltou a ser cobrado de forma integral o PIS/Cofins sobre o diesel, após uma cobrança parcial, em setembro de 2023 e de ter ficado zerado, desde 2021.

No que se refere à folha de pagamento, a renúncia fiscal chegou a R\$ 1,858 bilhão, em fevereiro deste ano, e a R\$ 2,559 bilhões no acumulado do ano. Em igual mês de 2023, tal renúncia atingiu R\$ 965 milhões e a R\$ 1,598 bilhão no acumulado do ano, em termos nominais.

Tema alvo de controvérsia, a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores econômicos havia sido veta-

da integralmente pelo Palácio do Planalto, que editou uma Medida Provisória (MP) que propõe uma reoneração gradual dos setores citados, o que provocou reação contrária por parte do Congresso Nacional.

Em consequência, o governo admitiu enviar um projeto de lei ao Parlamento carimbado com ‘urgência constitucional’, a título de negociação com os congressistas, o que mantém o impasse.

Fazenda reitera avanço de 2,2% do PIB

Idiana Tomazelli (Folhapress)

A SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda manteve sua estimativa para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2024 em 2,2%, segundo boletim divulgado nesta quinta-feira (21).

Apesar de não haver alteração no cenário agregado, o órgão indicou uma mudança nos fatores que devem puxar esse desempenho da economia brasileira.

Enquanto a redução nos prognósticos de safra para 2024 levaram à revisão negativa do PIB agropecuário, o governo vê indícios de que indústria e serviços exibirão dinâmica mais pujante no ano.

A expectativa é de que o PIB da indústria cresça 2,5%, e o PIB de serviços, 2,4%. No último boletim, divulgado em novembro de 2023, essas



Governo manteve previsão de alta do PIB em 2024

estimativas eram de 2,4% e 2,2%, respectivamente.

Segundo a SPE, a redução da taxa básica de juros, a Selic, e as medidas de estímulo ao crédito e à compra de máquinas e equipamentos (por meio da chamada depreciação acelerada) devem ajudar a im-

pulsionar a indústria de transformação.

A construção, por sua vez, deve se beneficiar do bom desempenho do setor e também da retomada de estímulos para a compra de moradias pela população de baixa renda.

No setor de serviços, o go-

verno espera uma expansão relevante do consumo por parte das famílias, após a redução no endividamento de parte delas por meio do programa Desenvolva Brasil, que facilitou as renegociações.

“Com a redução da inadimplência, em paralelo à queda nos juros, já se percebe avanço nas concessões de crédito a pessoas físicas no início de 2024, cenário que deverá impulsionar as taxas de crescimento de atividades como o comércio e outras atividades de serviços”, diz o relatório.

O pagamento de sentenças judiciais antes represadas também contribuiu, segundo a SPE, para injetar recursos na economia e deve ter reflexos no desempenho dos serviços.

O governo antes esperava uma alta de 0,5% na atividade agropecuária neste ano. Agora, a projeção é de uma queda de 1,3%.

Taxa básica menor tem efeito limitado

Por Ana Paula Branco (Folhapress)

O novo corte de 0,5 ponto percentual na Selic (taxa básica de juros) mantém a expectativa de menor custo de financiamentos, empréstimos, cheque especial e cartão de crédito para o consumidor nos próximos meses, mas o efeito imediato é limitado.

É a sexta redução seguida da taxa que é o principal instru-

mento de controle da inflação e baliza para bancos e financeiras. Contrair o crédito está menos custoso do que em 2023, quando os cortes começaram, mas diferença entre a taxa básica e os juros efetivos de prazo mais longo é grande.

A Multiplike, gestora de crédito, fez simulações sobre o efeito no curto prazo deste último corte da Selic no dia a dia do consumidor, considerando as principais modalidades de

crédito usadas pelos brasileiros: compras a prazo no varejo, cartão de crédito, cheque especial, crédito direto ao consumidor para a compra de veículos e empréstimo pessoal em bancos e financeiras.

Segundo os cálculos, o juro médio para as pessoas físicas passará de 118,17% para 112,92% ao ano.

“A queda da taxa Selic é importante para o consumidor final pois resulta em empréstimos e

financiamentos mais acessíveis, com taxas de juros mais baixas. Isso significa que os consumidores podem obter crédito mais facilmente e com custos de financiamento reduzidos, o que deve estimular o consumo e permitir a realização de projetos como a compra de imóveis, veículos ou investimentos em educação”, diz Ricardo Fagundes, CFO da gestora Multiplike. No rotativo do cartão de crédito, a taxa mensal passou de 14,57% para 13,92%.